

Cerimônia de batismo da plataforma semissubmersível P-52; para senadores da oposição, atividades da Petrobras não serão afetadas



Ricardo Stocker/PR

Petrobras: oposição justifica CPI. Governo pede equilíbrio

“A Petrobras não é do PT. A Petrobras é do Brasil, dos brasileiros”, afirmou Jarbas Vasconcelos ao justificar a apuração de supostas irregularidades. Papaléo Paes e Mário Couto também defenderam a instalação da CPI, enquanto Aloizio Mercadante alertou para a necessidade de promover uma “investigação responsável”. **3**

Fim de licença ambiental para obras em rodovia?

Está na pauta do Plenário a MP que dispensa o licenciamento ambiental prévio para obras de asfaltamento, duplicação e melhoria em rodovias federais já existentes. **7**



Marcos Bergamosco/SECOM/MT

Órgãos ambientais terão 60 dias, conforme a medida provisória, para liberar a construção de novas rodovias federais

Benefício a jovem morador de rua

Projeto de Expedito Júnior beneficia adolescentes entre 15 e 17 anos de idade. **4**

Na CAE, estímulo a programa de inclusão

Pessoas e empresas que investirem em programa para jovens podem ter benefício fiscal. **4**

Livre circulação de pessoas no Mercosul

Projeto aprovado pelo Parla-sul também sugere regularização de imigrantes no bloco. **5**

Jonas Pereira



Procurador Sérgio Suiama, senador Magno Malta e os policiais Carlos Sobral e Stênio Sousa em entrevista sobre Operação Turko

Malta comemora êxito de operação contra pedofilia

Magno Malta afirmou ontem que a prisão em flagrante, pela Operação Turko, de nove acusados de pedofilia só foi possível porque o país possui uma legislação que criminaliza a posse e o arma-

zenamento de material pornográfico envolvendo criança ou adolescente. O senador se referia à Lei 11.829/08, resultado de projeto apresentado pela CPI da Pedofilia, presidida por ele. **7**

Senador diz que comissão visava fazer diagnóstico da situação educacional e de suas consequências

Cristovam lamenta derrubada da CPI do Apagão Intelectual

O SENADOR CRISTOVAM Buarque (PDT-DF) criticou ontem a retirada de assinaturas do requerimento da comissão parlamentar de inquérito (CPI) que ele havia proposto para investigar a situação da educação no país. Assim, a criação da comissão foi inviabilizada.

Cristovam informou que dez senadores retiraram suas assinaturas e se disse surpreso com o fato de três deles serem do PT: Augusto Botelho (RR), Paulo Paim (RS) e Tião Viana (AC).

– Quero que os três venham aqui explicar por que fizeram isso. Eu retirei minha assinatura da CPI da Petrobras e expliquei por que fiz isso – afirmou.

Cristovam declarou que a comissão proposta por ele – que chamou de CPI do Apagão Intelectual e também de CPI da Educação – “não é contra este governo nem contra os outros”.

O objetivo, disse ele, era conhecer a situação da educação no Brasil, quais as consequências para o futuro do país e “como consertar isso”.

O senador lembrou que o requerimento foi apresentado por ele em 12 de dezembro de 2007 e, depois de um ano e meio, continha as assinaturas necessárias para criar a CPI.

Cristovam também afirmou que o governo federal vem boicotando suas propostas legislativas, citando como exemplo projeto (PLS 449/07) que condiciona a liberação dos benefícios do programa Bolsa-Família à presença dos pais em reuniões escolares.

– Não há projeto de minha autoria que, ao chegar a uma comissão, não receba um pedido de vista por parte de algum senador do PT – protestou o parlamentar.



Genildo Magalhães

Cristovam atribuiu ao governo a responsabilidade de arquivar CPI da Educação

Acordo para ouvir Gabrielli foi rompido, alega senador

Cristovam Buarque (PDT-DF) voltou a explicar que retirou sua assinatura do requerimento de abertura da CPI da Petrobras após o rompimento do acordo de líderes feito na quinta-feira passada. O acerto – do qual o PSDB não fez parte – previa que, antes de se decidir pela abertura da investigação, o Senado ouviria o presidente da Petrobras, Sergio Gabrielli.

– Qual não foi a minha surpresa ao saber que aquele procedimento responsável e sério [o

acordo] tinha sido deixado de lado – afirmou.

Cristovam ressaltou que a Petrobras tem de prestar esclarecimentos sobre as diversas denúncias de irregularidades contra a estatal, o que, argumentou, poderia ser feito em uma audiência pública.

E mesmo que, ao fim da CPI, nenhuma suspeita seja comprovada, argumentou o senador, “poderá haver prejuízos para a Petrobras, como a queda das ações” da empresa.

CPI da Amazônia vai investigar questões fundiárias e ambientais

A secretária-geral da Mesa, Cláudia Lyra, informou que apenas uma assinatura foi retirada do requerimento de criação da CPI da Amazônia. Assim, foi confirmada a criação da comissão sobre questões indígenas, fundiárias e ambientais. Segundo informações do gabinete de Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), autor do pedido de criação da CPI, a decisão sobre a data de instalação fica a cargo da Mesa. O senador está articulando politicamente para que a comissão comece a funcionar o mais rapidamente possível.

Além desse requerimento, na sexta-feira foram lidos outros três para a criação de CPIs, dois para investigar a Petrobras – um apresentado pelo senador Alvaro Dias (PSDB-PR) e outro pelo senador Romeu Tuma (PTB-SP) – e um para apurar as causas estruturais do retrocesso na qualidade da educação básica, apresentado por Cristovam Buarque (PDT-DF).

A comissão requerida por Tuma e a CPI da Educação foram arquivadas em razão da retirada de assinaturas dos requerimentos.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário vota capitalização do Fundo Soberano e outras quatro MPs

Às 14h, a sessão é deliberativa. Para destrancar a pauta, os senadores precisam votar quatro projetos de lei de conversão (PLVs 5 a 8, provenientes das medidas provisórias 452 a 455), além da MP 456/09, que aumentou de R\$ 415 para R\$ 465 o salário mínimo, a partir de 1º de fevereiro de 2009. A primeira MP capitaliza o Fundo Soberano em R\$ 14 bilhões.

Presidente do Senado recebe ministro da Cultura

O presidente do Senado, José Sarney, recebe às 11h o deputado federal Davi Alves (PDT-MA). Às 11h30, o presidente do Partido Renovador Trabalhista Brasileiro, Levy Fidelix. Às 16h, preside a ordem do dia. Às 18h, recebe o ministro da Cultura, Juca Ferreira.

CAE analisa abatimento do IR

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) se reúne, às 10h, para analisar projeto que autoriza o abatimento no Imposto de Renda Pessoa Física dos pagamentos efetuados a profissionais e estabelecimentos de educação física, quando houver recomendação médica. Entre os 19 itens da pauta, consta ainda projeto que trata de incentivos às políticas voltadas para jovens, executadas por entidades privadas sem fins lucrativos.

CAS discute programa de saúde mental

Em conjunto com a Subcomissão Permanente de Saúde, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) faz audiência pública às 9h sobre a Política Nacional de Saúde Mental, como parte de um ciclo de debates sobre o atendimento médico no Brasil, em especial no Sistema Único de Saúde (SUS). Estão convidados para a audiência a professora de Psiquiatria da Escola Paulista de Medicina Helena Calil; os presidentes da Associação de Psiquiatria de Brasília, Antônio Geraldo da Silva, e da Associação Brasileira de Psiquiatria, Hélio Lauar de Barros; e um representante do Ministério da Saúde.

Indicações para a Agência Nacional do Cinema em exame

Às 11h, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) se reúne para analisar três mensagens de indicações para a Agência Nacional do Cinema (Ancine): Manoel Rangel Neto, para o cargo de presidente; e Paulo Xavier Alcoforado e Glauber Piva Gonçalves, como diretores do órgão.



João Cruz

Mudanças Climáticas define suas diretrizes

A Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas realiza, às 14h30, audiência pública para tratar de diretrizes do seu calendário de trabalho para 2009. O debate foi proposto pela senadora Ideli Salvatti (PT-SC). No requerimento que apresentou, ela sugeriu a participação dos seguintes convidados: os ministros de Minas e Energia, Edison Lobão, e de Ciência e Tecnologia, Sérgio Machado Rezende; o secretário-executivo do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República, José Múcio Monteiro; e a secretária de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente, Suzana Kohn Ribeiro.

CRA: bancos públicos debatem agronegócio

As medidas adotadas pelo governo para o enfrentamento da crise financeira internacional, com ênfase na liberação de recursos para o agronegócio, são tema de audiência pública na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), às 9h30. A reclassificação de risco dos produtores rurais que renegociaram suas dívidas também será discutida. Foram convidados os presidentes do Banco do Brasil, Aldemir Bendine, e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Luciano Coutinho.



Marcia Kolumbe

CPI da Pedofilia trata dos direitos da criança

Às 14h, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pedofilia realiza audiência pública com a presença do secretário-executivo do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, Benedito Rodrigues dos Santos; e do representante do Instituto Childhood WCF-Brasil, Itamar Gonçalves.

Novo direito de consumidor na CMA

Entre os 17 itens na pauta da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) a partir das 11h30, está um projeto de lei que altera o Código de Defesa do Consumidor. A medida tem como objetivo garantir o direito de examinar os artigos adquiridos no ato da compra e não apenas um produto disponível para demonstração. Cinco avisos de auditorias realizadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) também serão examinados pela comissão.

CPI das ONGs decide sobre convocações

A comissão parlamentar de inquérito que investiga irregularidades na liberação de recursos para organizações não governamentais (ONGs) se reúne às 14h30 para votar mais requerimentos de convocação de depoentes.

Para senador, é “uma falácia” dizer que a investigação vai prejudicar a economia brasileira. Lula “não tem moral” para falar em irresponsabilidade, afirma

Jarbas refuta acusação de Lula contra CPI

O SENADOR JARBAS Vasconcelos (PMDB-PE) rebateu, em discurso da tribuna na tarde de ontem, a afirmação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de que a oposição no Senado está agindo “de forma irresponsável” ao pedir uma CPI para investigar irregularidades na Petrobras.



Jarbas enumera acusações de irregularidades

O parlamentar enumerou cinco denúncias de irregularidades envolvendo a estatal. Duas delas foram apresentadas pelo Tribunal de Contas da União e pela Polícia Federal, disse.

Jarbas entende que Lula e o PT “não têm moral” para falar em irresponsabilidade ou impatriotismo, lembrando que o presidente e o seu partido não quiseram assinar a Constituição de 1988 e votaram contra o Plano Real, contra a Lei de Responsabilidade Fiscal e contra o Proer (programa de reestruturação de bancos, com o fim da inflação). No entanto, agora, observou o senador, o presidente Lula recomendou aos Estados Unidos a adoção de um Proer para eliminar a crise financeira mundial.

– É uma falácia dizer que a

CPI da Petrobras vai prejudicar a economia brasileira. Há 17 anos, o Congresso tirou um presidente da República e o Brasil continuou sendo o Brasil. O presidente não pode acusar a oposição de irresponsável por propor uma CPI para investigar uma empresa estatal que é acusada de corrupção – afirmou Jarbas.

Ao ressaltar que o PT, quando oposição, propôs dezenas de CPIs contra todas as administrações, o senador acusou o governo do presidente Lula de implantar um “aparelhamento ideológico e partidário” na Petrobras, “igual ao que o coronel Hugo Chávez fez na Venezuela com a PDVSA, a petrolífera venezuelana”.

– A Petrobras não é do PT. A Petrobras é do Brasil, dos brasileiros – declarou.

O que a CPI da Petrobras vai investigar

1. Indícios de fraudes nas licitações para **reforma de plataformas** de exploração de petróleo apontados pela Operação Águas Profundas, da Polícia Federal.
2. Graves irregularidades nos contratos de **construção de plataformas** apontadas pelo Tribunal de Contas da União.
3. Indícios de superfaturamento na construção da **Refinaria Abreu e Lima**, em Pernambuco, apontados por relatório do Tribunal de Contas da União.
4. Denúncias de desvios de dinheiro dos **royalties do petróleo** apontadas pela Operação Royalties, da Polícia Federal.
5. Denúncias de fraudes do Ministério Público Federal envolvendo **pagamentos, acordos e indenizações** feitas pela Agência Nacional do Petróleo (ANP) a usineiros.
6. Denúncias de uso de **artifícios contábeis** que resultaram em redução do recolhimento de impostos e contribuições no valor de R\$ 4,3 bilhões.
7. Denúncias de irregularidades no uso de **verbas de patrocínio** da estatal.



Fonte: requerimento de criação da CPI

Papaléo critica petroleiros e ministro Paulo Bernardo



Objetivo é moralizar a Petrobras, diz Papaléo Paes a seus críticos

O senador Papaléo Paes (PSDB-AP) criticou ontem, em Plenário, comentários atribuídos a representantes da Federação Única dos Petroleiros (FUP) e ao ministro do Planejamento, Paulo Bernardo. O alvo deles foram os partidos de oposição, por haverem encaminhado pedido de criação de uma CPI para investigar indícios de irregularidades na Petrobras.

Em relação a uma carta da FUP,

Papaléo chamou os sindicalistas de “pelegos” por resistirem à realização de uma auditoria nas contas da Petrobras.

Na avaliação do senador, a estatal, em vez de sair prejudicada com as investigações, deverá ter sua credibilidade aumentada, mesmo que alguma irregularidade venha a ser confirmada pelas investigações.

– Como é que pode uma instituição dessas [FUP], que já chamei de “pelegada”, dizer que nós queremos parar a Petrobras? Por que a Petrobras vai parar? – questionou o senador.

Papaléo criticou ainda declaração do ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, que teria acusado os partidos oposicionistas de pretenderem privatizar a Petrobras.

De acordo com o parlamentar, o objetivo da oposição com a CPI é de apenas “moralizar a Petrobras, retirando de seu comando os imorais que usam o dinheiro público para fundos de campanhas”.

Mercadante pede investigação responsável

Uma “investigação responsável” sobre os problemas da Petrobras, sobretudo no atual contexto de crise financeira mundial. A recomendação foi feita ontem, em Plenário, pelo líder do PT, Aloizio Mercadante (SP), a respeito da criação da CPI da Petrobras, aprovada na sexta-feira.

O senador manifestou preocupação com a possibilidade de os debates na CPI criarem dificuldades para a estatal captar recursos no mercado externo, imprescindíveis para viabilizar a exploração das reservas de petróleo recém-descobertas na camada de pré-sal. Ele apontou ainda para o papel relevante desempenhado pelos investimentos anuais da empresa na economia nacional, da ordem de R\$ 60 bilhões, superiores mesmo aos do próprio governo federal.

Com relação à suposta utilização, pela Petrobras, de artifícios contábeis para recolher menos tributos – um dos pontos a ser investigados pela CPI –, Mercadante reclamou do fato de a imprensa não ter informado que



Captação de recursos no exterior pode ser prejudicada por CPI, alerta líder do PT

a mesma decisão de mudança de regime contábil foi tomada por cerca de 5 mil empresas no país, como forma de se protegerem de desvalorizações cambiais.

– Por que criminalizar a Petrobras? É um erro econômico, um erro fiscal e um erro político. A Petrobras tem que ser valorizada, este país tem que ter orgulho dessa empresa – disse o senador, reivindicando para a estatal benefícios fiscais equivalentes às medidas de desoneração concedidas pelo governo aos setores automobilístico e de bens de consumo duráveis.

Aloizio Mercadante defendeu ainda o debate, na CPI, de temas,

em sua opinião, relevantes para o fortalecimento da Petrobras, como o da definição do marco regulatório para a exploração das reservas do pré-sal e o da distribuição dos *royalties* do petróleo.

– Os *royalties* do petróleo precisam ser distribuídos numa visão de desenvolvimento estratégico do Brasil, para fortalecer a educação, a ciência e a tecnologia, o meio ambiente, para proteger aposentados e pensionistas, como faz a Noruega, criando um fundo soberano, para não prejudicarmos as outras atividades da economia e não criarmos uma cultura parasitária.

Mário Couto diz que oposição age de forma “ética e tranquila”

Em apoio à instalação da CPI da Petrobras, o senador Mário Couto (PSDB-PA) disse ontem que a oposição age de forma “ética e tranquila” e vem colaborando com o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ao contrário do modo como agia o PT quando na oposição.

O parlamentar afirmou também não ver sentido em esperar o depoimento do presidente da estatal para então resolver pela instalação ou não da CPI. Pouco antes, Cristovam Buarque (PDT-DF) havia justificado a retirada de sua assinatura do requerimento de criação da comissão devido ao descumprimento do

acordo de líderes pelo qual, antes de decidir pela criação da CPI, os senadores ouviriam Sérgio Gabrielli em audiência pública.

– Não pode ser nunca fiscalizada [a Petrobras]? – questionou.

Já para o senador Papaléo Paes, a comissão de inquérito

é necessária para proteger os acionistas da empresa.

Mário Couto voltou ainda a chamar atenção para a violência que ele diz ter tomado conta do interior do estado do Pará. “Morrem hoje, assassinados a bala, três paraenses por dia – um de oito em oito horas”, denunciou.



Mário Couto não vê sentido em esperar depoimento de Gabrielli

Na pauta das comissões, indicações para a Ancine e propostas que incentivam apoio a programas de inclusão de jovens e adolescentes



Morello Casal Jr./Abr

Dedução de tributos a pessoas com deficiência

As pessoas com deficiência são o objeto de quatro outros projetos incluídos na pauta da CDH de amanhã. Um deles, do senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), permite deduzir do Imposto de Renda devido os valores pagos na aquisição de aparelhos auditivos e cadeiras de roda (PLS 465/08). Já o senador Flávio Arns (PT-PR) propõe reduzir o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na compra de automóveis para uso particular de pessoas com deficiência (PLS 45/09).

Os senadores examinam ainda projeto que concede ao empregado o direito de se ausentar do trabalho por até sete dias ao ano para acompanhar dependente portador de deficiência (PLS 522/07) e proposta que estabelece normas gerais e critérios básicos para promover a acessibilidade a pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida (PLS 738/07). Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e Romeu Tuma (PTB-SP) são os respectivos autores das propostas.

Projeto a ser analisado pela CDH prevê que jovens de 15 a 17 anos excluídos da escola devem ser encaminhados a programas de assistência social

Adolescente morador de rua pode ser beneficiário de programa federal

JOVENS ENTRE 15 e 17 anos que são moradores de rua poderão ser incluídos como beneficiários do programa Projovem Adolescente – Serviço Socioeducativo. A proposta é um dos itens da pauta de amanhã da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e deverá ter decisão terminativa. Apresentado pelo senador Expedito Júnior (PR-RO), o projeto (PLS 241/08) já recebeu parecer favorável da Comissão de Assuntos

Sociais (CAS). Antes de examinar a pauta, os senadores elegem o presidente e o vice-presidente da Subcomissão Permanente de Combate ao Trabalho Escravo.

A proposta prevê que jovens moradores de rua entre 15 e 17 anos sejam encaminhados a programas e serviços especializados de assistência social do município ou do Distrito Federal, ou ainda ao gestor de assistência social, a ser determinado pelo conselho tutelar, pela defen-

soria pública, pelo Ministério Público ou pelo Judiciário.

O relator, senador Cristovam Buarque (PDT-DF), que também foi o autor do parecer favorável da CAS, explica que o Projovem Adolescente integra o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem) e visa atender adolescentes excluídos da escola e do mercado de trabalho formal. Como está desenhado hoje, o programa determina como condição para ser beneficiário

que o jovem pertença a família atendida pelo programa Bolsa Família ou seja egresso de programas socioeducativos e de assistência social.

Na avaliação do relator, o projeto estende a esses adolescentes a proteção social básica do Estado. O programa inclui, entre outras medidas, a aceleração da escolaridade e a abordagem de questões como uso de drogas, doenças sexualmente transmissíveis e gravidez na adolescência.

Idosos

A CDH examina também dois projetos que beneficiam os idosos. O PLS 480/08, do senador Neuto de Conto (PMDB-SC), isenta o pagamento do Imposto de Renda o contribuinte com mais de 70 anos, com rendimentos de até dez salários mínimos. Já o PLS 361/08, apresentado por Romeu Tuma, garante reserva de 5% das vagas existentes em estacionamentos públicos e privados para os idosos.

Comissão sabatina indicados para a diretoria da Ancine

Três nomes indicados pela Presidência da República para compor a diretoria da Agência Nacional do Cinema (Ancine) serão examinados pela Comissão de Educação (CE) hoje, a partir das 11h. Manoel Rangel Neto está sendo indicado à recondução ao cargo de diretor-presidente da agência, enquanto Paulo Xavier Alcoforado e Glauber Piva Gonçalves devem ocupar vagas de diretores do órgão.

A diretoria da Ancine é composta por um presidente e três diretores, todos com mandatos fixos, mas não necessariamente coincidentes. As indicações em exame na CE devem também ser votadas em Plenário. A agência foi criada em 2001 com a função de estimular, regular e fiscali-

zar a indústria cinematográfica nacional.

O cineasta Manoel Rangel está na direção do órgão desde 2005, em mandato que se encerra neste mês de maio, e a indicação de seu nome tem como relator na comissão o senador Francisco Dornelles (PP-RJ).

Já Paulo Alcoforado assumirá a vaga de Sérgio Henrique de Sá Leitão Filho. A relatora é a senadora Ideli Salvatti (PT-SC). Glauber Piva Gonçalves deve assumir o lugar de Nilson Rodrigues da Fonseca e tem sua indicação relatada pelo senador Cristovam Buarque (PDT-DF). Os dois indicados são ligados à área cultural, sendo que Glauber Gonçalves foi secretário nacional de Cultura do PT.

CAE examina incentivo a programas de inclusão

Programas de inclusão social de jovens poderão ser incentivados pela concessão de benefícios fiscais para pessoas físicas e jurídicas que investirem nessas atividades por meio de doação ou patrocínio. Essa é a meta de projeto de lei (PLS 269/08) da senadora Patrícia Saboya (PDT-CE) em pauta na reunião de hoje, às 10h, da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). A matéria recebeu parecer pela aprovação, com emenda, do relator, senador Tasso Jereissati (PSDB-CE).

O projeto autoriza pessoas físicas e jurídicas a deduzirem, do Imposto de Renda devido, as doações ou patrocínios a ações desenvolvidas por entidades privadas sem fins lucrativos junto a jovens de 15 a 29 anos. As deduções limitam-se a 6% do imposto, no caso de pessoas físicas, e a 4%, para pessoas jurídicas.

Outra iniciativa dedicada à juventude em exame na CAE é a proposta (PLS 2/07) que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional para prever o apoio financeiro da União a instituições de ensino superior estaduais.

A intenção é expandir a oferta de vagas e melhorar a qualidade dos cursos, que recebem pouco



Morello Casal Jr./Abr

Patrícia é autora do projeto, que recebeu parecer favorável de Jereissati

investimento dos governos estaduais. Apresentado pelo senador Osmar Dias (PDT-PR), a matéria recebeu voto favorável de Gerson Camata (PMDB-ES).

Bancos

Também poderá ser discutida a regulamentação da cobrança de tarifas por instituições financeiras, foco do PLS 595/07 – Complementar, dos senadores pelo PT Ideli Salvatti (SC) e Flávio Arns (PR). A matéria recebeu substitutivo do senador Renato Casagrande (PSB-ES), que preservou alguns dispositivos do projeto original, como a limitação do tempo de espera para atendimento nas agências bancárias em dez minutos, a proibição do uso de critérios diferenciados para atendimento

de clientes e não clientes e a definição do prazo de 15 dias úteis para os bancos esclarecerem dúvidas sobre tarifas ou débitos realizados em contas de correntistas.

Antes de passar pelo crivo da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) em decisão terminativa, a CAE vai analisar parecer favorável de Tasso Jereissati, com emenda de Renato Casagrande, ao projeto (PLS 238/06) que prorroga, por mais dez anos, a isenção do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) para mercadorias com origem ou destino final em porto do Norte ou Nordeste. Conforme o senador César Borges (PR-BA), autor da proposta, o objetivo é manter o combate à desigualdade nessas regiões.

A comissão deverá votar ainda, em decisão terminativa, o projeto (PLS 174/04) que cria a Poupança Emigrante e o Fundo de Financiamento ao Emigrante Empreendedor (FEE), visando estimular a entrada de divisas no país e a geração de empregos. De autoria do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), a matéria conta com parecer pela aprovação, na forma de substitutivo, do senador Inácio Arruda (PCdoB-CE).



Morello Casal Jr./Abr

Comissão de Educação analisa recondução do presidente da agência ao cargo

Proposta acolhida pelo Parlasul, de iniciativa de Aloizio Mercadante, pede ao Conselho do Mercado Comum que solicite às nações-membros adoção das medidas necessárias para agilizar a livre circulação de pessoas no âmbito do bloco, bem como a regularização de imigrantes

Mercosul deve agilizar livre trânsito no bloco

O PARLAMENTO DO Mercosul (Parlasul) aprovou ontem proposta de recomendação ao Conselho do Mercado Comum de autoria do senador Aloizio Mercadante (PT-SP) para que inste os países integrantes a "tomarem as medidas internas necessárias para agilizar e concretizar a livre circulação de pessoas e a regularização de imigrantes no âmbito do bloco".

Na justificativa do projeto, Mercadante observa que a construção de um "verdadeiro mercado comum" não pode prescindir da livre circulação de pessoas. O senador adverte ainda que o Mercosul não se deve deixar levar pela "equivocada e preconceituosa visão de que os imigrantes contribuem para aumentar as taxas de desemprego e os índices de criminalidade".

O Parlasul aprovou também proposta de recomendação da deputada federal Íris de Araújo (PMDB-GO) para que se promova a harmonização dos currículos universitários dos países que integram o bloco.

O reconhecimento de diplomas para fins de exercício profissional, ainda de acordo com o projeto, permitirá que se efetive "a livre circulação de bens, pessoas e serviços no Mercosul".

Outra proposição acolhida pelo colegiado, de autoria da

parlamentar argentina Elida Vigo, recomenda ao Conselho do Mercosul que instrua os Estados partes a estabelecer as diretrizes para a inclusão obrigatória da oferta curricular do ensino da História da Integração da América Latina.

Analfabetismo

Ainda na área de educação, foi aprovada proposta do senador Cristovam Buarque (PDT-DF) para que o Parlamento do Mercosul busque informações nos governos dos países do bloco a respeito de planos adotados para eliminar o analfabetismo de adultos.

O Parlasul aprovou também proposta de recomendação apresentada pela parlamentar argentina Mabel Muller para que se realize, nos postos fronteiriços, o controle do nível de consumo de bebidas alcoólicas pelos condutores de veículos.

Na mesma reunião, o parlamento acolheu proposta de declaração apresentada pela representação argentina de repúdio à "ilegítima pretensão do governo britânico" de incluir as Ilhas Malvinas, Geórgia do Sul e Sandwich do Sul e os espaços marítimos circundantes em sua apresentação junto à Comissão de Limites da Plataforma Continental, estabelecida pela Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar.



Reunido em Montevideu, Parlamento do Mercosul aprova propostas de interesse de cidadãos dos países-membros

Eleição ao Parlasul poderá adotar lista fechada

O sistema de listas fechadas poderá ser testado na escolha dos integrantes brasileiros do Parlasul. O mecanismo é previsto em anteprojeto do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) e que servirá de base ao debate sobre o tema, de acordo com proposta apresentada ontem à bancada brasileira pelo vice-presidente do parlamento, deputado Dr. Rosinha (PT-PR).

– A lista partidária é o sistema mais usado no mundo e, ao adotá-la, teríamos a vantagem de

promover uma experiência em relação à sua adoção nas eleições nacionais – diz Azeredo.

Segundo o anteprojeto, os candidatos ao Parlasul serão escolhidos por partido em convenção e registrados em listas fechadas preordenadas. Ou seja, os eleitores votarão nos partidos. A quantidade de parlamentares a ser eleitos por partido estará condicionada ao número de votos obtidos pela legenda na eleição.

O texto determina que os

partidos levem em conta, na elaboração da lista, a proporcionalidade entre as diversas regiões e a "intercalação de lista por gênero", com a garantia de 30% da vagas para mulheres, conforme estabelece a legislação brasileira para eleições nacionais.

Para que as eleições de parlamentares do Mercosul possam se realizar em 2010, será preciso a aprovação de uma lei que as regule até o fim de setembro deste ano.



Inácio Arruda propôs que discussão inclua casos de Argentina e Uruguai

O conceito de soberania energética, muito utilizado pelo Paraguai nos debates sobre o Tratado de Itaipu, será

Por sugestão do Paraguai, parlamento debaterá soberania energética

discutido na próxima reunião da Comissão de Infraestrutura, Transportes, Recursos Energéticos, Agricultura, Pecuária e Pesca do Parlamento do Mercosul (Parlasul). A inclusão do tema foi decidida em reunião do colegiado realizada ontem em Montevideu.

Por iniciativa de parlamentares paraguaios, a comissão debaterá um projeto de declaração que prevê a "livre circulação e disponibilidade dos recursos hidrelétricos dos Estados partes nas condições que melhor convenham a eles para o seu pleno desenvolvimento". A matéria, que tem

o apoio unânime da representação paraguaia, sugere ainda a adequação dos tratados já existentes – como o de Itaipu – para tornar possível a livre contratação de energia elétrica dentro do Mercosul.

Apoio

A inclusão do projeto de declaração contou com a aprovação dos parlamentares brasileiros presentes, como o senador Inácio Arruda (PCdoB-CE). Em sua opinião, é preciso levar adiante a discussão a respeito do tema. Ao mesmo tempo, porém, ele ressaltou a proposta – igualmente acolhida pela

comissão – de realização de debates no parlamento com a presença dos diretores das usinas hidrelétricas de Yaciretá (entre Argentina e Paraguai) e Salto (entre Argentina e Uruguai), nos mesmos moldes de outro já promovido sobre Itaipu.

– Não se pode ver a disputa entre Paraguai e Brasil como sendo o único problema de integração energética do Mercosul – disse Arruda.

O debate do projeto de declaração da representação paraguaia ocorre em meio às tensas discussões sobre o Tratado de Itaipu, que torna

obrigatória a venda ao Brasil, pelo Paraguai, da energia a que o país vizinho tem direito (metade do total produzido pela hidrelétrica) e não utiliza.

O governo paraguaio tem promovido uma ampla ofensiva diplomática pelo que chama de soberania energética, ou seja, por seu direito de vender a qualquer outro país a parte de energia que lhe cabe de Itaipu. Durante recente visita a Brasília, o presidente paraguaio, Fernando Lugo, insistiu na tese junto ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Mas a reunião terminou sem resultado prático.

Raupp defende a integração do "norte" do país ao bloco

Em seu primeiro pronunciamento ao Parlamento do Mercosul, o senador Valdir Raupp (PMDB-RO) defendeu ontem, em Montevideu, o avanço da integração rumo ao norte do Brasil e o rápido ingresso da Venezuela no bloco. Ele ressaltou que a entrada do novo sócio – que conta com a terceira maior economia sul-americana e "importantes reservas naturais" – estenderá o Mercosul da Terra do Fogo ao Caribe.

– Para nós, da Amazônia, a entrada da Venezuela representará

uma guinada no bloco. No Brasil, quase sempre se associa a integração à região Sul. Estamos prontos para assumir responsabilidades, para que todo o território brasileiro esteja envolvido na integração, disse Raupp – ele mesmo representante de um estado da Amazônia – durante o tempo dedicado à discussão de tema livre.

O senador elogiou os esforços promovidos pelos governos da região no sentido de ampliar a integração entre o Brasil, a Bolívia, o Peru e a Venezuela.

O deputado Beto Albuquerque (PSB-RS) lamentou a imposição de barreiras, pela Argentina, à entrada de calçados produzidos no Brasil. Já a deputada Íris de Araújo (PMDB-GO) elogiou a criação da Universidade da Integração Latino-Americana (Unila), em Foz do Iguaçu (PR). Na mesma sessão, o deputado José Paulo Tóffano (PV-SP) alertou para o aumento dos índices de poluição nas principais cidades do Mercosul e sugeriu que os países do bloco garantam prioridade ao transporte coletivo.



Raupp apoia ingresso da Venezuela no Mercosul



Parlamentares estudam formas de o Brasil lidar com o aquecimento global

Comissão debate plano sobre mudanças do clima

A Comissão Mista Permanente de Mudanças Climáticas debate hoje, às 14h30, em audiência pública com o ministro da Ciência e Tecnologia, Sergio Machado Rezende, o Plano Nacional de Mudanças Climáticas. O objetivo do plano é expandir a capacidade científica, tecnológica e institucional do Brasil referente às

alterações no clima do planeta, ampliando o conhecimento a respeito do fenômeno e identificando os impactos sobre o país. Também visa subsidiar políticas públicas de enfrentamento do problema nos âmbitos nacional e internacional.

Participará da audiência a secretária de Mudanças Climá-

ticas e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente, Suzana Kahn Ribeiro, que deverá abordar o tema "Mudanças climáticas e a matriz energética brasileira". A comissão é presidida pela senadora Ideli Salvatti (PT-SC) e tem como relator o deputado federal Colbert Martins (PMDB-BA).

Mais prazo para devolver bem adquirido na internet

Projeto na pauta da Comissão do Meio Ambiente amplia de sete para 15 dias, após recebimento, tempo para o consumidor desistir da operação

O CONSUMIDOR QUE fizer compra por telefone ou pela internet poderá ter 15 dias, a contar do recebimento do produto, para se arrepender e desistir da operação. Proposta nesse sentido, que já tem voto favorável do relator, Leomar Quintanilha (PMDB-TO), deverá ser examinada hoje, a partir das 11h30, pela Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). Atualmente, o prazo para devolução é de sete dias.

Pelo PLC 182/08, o consumidor que se arrepender tem direito a receber de imediato os valores já pagos, uma vez que o direito de arrependimento se caracteriza por prescindir

de motivo e ser isento de qualquer ônus financeiro. No caso de contratação de serviços, o arrependimento somente poderá ser exercido até o início da execução ou do fornecimento do serviço.

Também com o objetivo de aumentar os mecanismos de defesa do consumidor, a CMA analisará outro projeto da Câmara (PLC 12/09), que recebeu voto favorável do relator, Arthur Virgílio (PSDB-AM). A proposta assegura ao consumidor o direito de examinar os produtos adquiridos no ato da compra e não uma mera amostra disponível para demonstração.

Virgílio argumenta que, sob pretexto de respeitar o lacre do

fabricante, o comerciante pode agir com má-fé, com o objetivo de passar produto viciado adiante. Ele explica que, no caso de produtos lacrados, por força de lei, como alimentos pré-embalados, permanecem em vigor as regras de substituição ou restituição da quantia paga, quando forem constatados defeitos graves ou vícios.

Conforme o projeto, o exame do produto no ato da venda não afasta o direito de o consumidor reclamar, posteriormente, por vícios que ele não tenha observado de imediato. A regra também não se aplica quando o produto for entregue em domicílio. Nesses casos, continuam em vigor as atuais regras de reclamação – 30 dias

da entrega de produtos não duráveis e 60 dias para produtos duráveis – para substituição ou restituição integral da quantia paga, quando forem constatados vícios de qualidade.

Cobrança

Consta ainda da pauta da Comissão do Meio Ambiente emendas da Câmara ao Projeto de Lei do Senado (PLS) 314/06, que determina a inclusão do nome e do endereço do fornecedor do produto ou serviço nos documentos de cobrança de dívida. As emendas exigem que, nesses documentos, também constem o número do Cadastro de Pessoa Física (CPF) ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) dos

fornecedores.

O relator, senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), apresentou parecer favorável, por entender que as emendas aumentam a proteção dos consumidores, garantindo-lhes acesso a informações que podem ser úteis na defesa de seus direitos.

Também integra a pauta de votações da CMA requerimento do senador Heráclito Fortes (DEM-PI) a ser dirigido ao ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, solicitando informações sobre o Plano de Manejo do Parque Nacional dos Abrolhos. Os dados deverão instruir a votação de projeto de resolução que trata do assunto, atualmente em exame na comissão.



Esgoto despejado no São Francisco, na cidade de Ibotirama, estado da Bahia, local onde estão sendo realizados serviços de revitalização do rio

Política europeia de recursos hídricos

A forma encontrada pela União Europeia para disciplinar o domínio público da água entre seus países-membros será tema de audiência da Comissão do Meio Ambiente (CMA) na quinta-feira. O convidado a explicar aos senadores os resultados do acordo que vigora desde 2000 na Europa é o presidente do Instituto da Água de Portugal, Orlando Borges. Também participará da audiência o presidente da Agência Nacional de Águas, José Machado.

O debate foi iniciativa do presidente da CMA, Renato Casagrande (PSB-ES). O senador argumenta que o Brasil, como um dos maiores detentores de volume e de reservatórios de água doce do mundo, precisa se debruçar sobre os aspectos internacionais desse recurso, que já se tornou fundamental para o desenvolvimento socioeconômico no século 21.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral do Senado: José Alexandre Lima Gazineo
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Mão Santa • Roberto Cavalcanti • Cristovam Buarque

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Ana Lúcia Romero Novelli
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira
Edição: Marco Antonio Reis e Raíssa Abreu

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Rafael Faria
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Pedro Pincer
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino
Arte: Cirilo Quartim, Claudio Portella, Diego Jimenez e Oscar
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3303-3332
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3303-3333
Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

MP sobre meio ambiente lidera pauta no Senado

O Plenário do Senado pode votar nesta semana o polêmico projeto de lei de conversão (PLV 5/09) que modifica a Política Nacional de Meio Ambiente (Lei 6.938/81) para dispensar de licenciamento ambiental prévio as obras de asfaltamento, duplicação ou melhoria em rodovias federais já existentes. A proposta institui o prazo de 60 dias para que os órgãos ambientais deem licença prévia para a construção de novas rodovias federais.

As duas novidades foram introduzidas pelos deputados ao votarem a Medida Provisória 452/08. Por causa das alterações, a MP foi transformada no PLV 5/09. Já na Câmara, os deputados ligados ao meio ambiente tentaram evitar a aprovação das mudanças, fruto de emen-

das aceitas pelo relator da MP, deputado José Guimarães (PT-CE). Deputados da oposição chegaram a afirmar que as duas modificações atendem ao interesse do Palácio do Planalto, que, com elas, quer acelerar obras rodoviárias incluídas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

O PLV sobre meio ambiente é o primeiro item da pauta de votação de hoje, que tem 47 projetos. Os cinco primeiros são medidas provisórias (ou seus projetos de lei de conversão) assinadas há mais de 45 dias pelo presidente da República, o que lhes confere prioridade de votação na Casa.

No Senado, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) promoveu au-

diência pública sobre a medida provisória. Foram colocados frente a frente defensores e opositores das modificações, representados pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit). O relator da matéria é o senador Eliseu Resende (DEM-MG).

A MP 452/08 foi assinada pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, para, entre outras coisas, autorizar o Tesouro Nacional a emitir títulos públicos visando conseguir cerca de R\$ 14 bilhões para compor o Fundo Soberano do Brasil. O fundo foi criado no ano passado, mas o Congresso não havia aprovado o crédito para viabilizá-lo.



Em entrevista na PF, Malta (2º à esq.) resalta papel da CPI da Pedofilia

Magno Malta exalta sucesso de operação policial

Foram expedidos 92 mandados de busca e apreensão e pelo menos nove pessoas tinham sido presas até ontem à noite

O SENADOR MAGNO Malta (PR-ES), presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pedofilia, disse, em Plenário, que a Operação Turko, realizada pela Polícia Federal em 20 estados e no Distrito Federal, e que já prendeu em flagrante pelo menos nove pessoas por posse de material pornográfico armazenado em computadores e outras mídias, só foi possível agora porque há uma lei (11.829/08) criminalizando a posse de material pornográfico.

– Não adiantava dar busca e apreensão antes porque só ia se confiscar o computador – explicou o senador.

Segundo Magno Malta, que concedeu entrevista coletiva sobre a operação da PF na sede da instituição pela manhã, a Polícia Federal decidiu esperar pela sanção

da lei para realizar a busca. O parlamentar destacou o papel da CPI e da parceria entre a própria PF, o Ministério Público e a organização não governamental Safernet para o desenrolar do trabalho, que pôde ser montado a partir da abertura dos mais de 3 mil álbuns protegidos do Orkut e consequente identificação de pessoas que armazenavam imagens com abusos de crianças e adolescentes.

Quatrocentos policiais federais estão envolvidos na Operação Turko, um anagrama de Orkut, site de relacionamentos

do Google. Eles cumpriram 92 mandados de busca e apreensão até a meia-noite de ontem.

Magno Malta lembrou que a operação foi realizada na mesma data em que se comemora o Dia Nacional de Combate ao Abuso a Crianças e Adolescentes. Esta, disse o senador, foi a maior operação realizada no mundo para investigar sites de relacionamento.

O Brasil, segundo ele, é um dos três países onde mais se cometem abusos sexuais e o que mais pratica crimes cibernéticos no mundo, e a aquisição das

imagens de pedofilia geralmente é paga com cartão de crédito, informou Malta. As empresas de cartão de crédito também serão ouvidas pela CPI em reunião a ser realizada nos próximos dias. Deve ser desenvolvido ainda

um termo de ajustamento de conduta (TAC) com as operadoras de cartão, a exemplo do Google, para ajudar a Polícia Federal no combate ao crime.

Além disso, outros 22 mil álbuns do Orkut foram quebrados pela comissão de inquérito, e tais dados devem gerar novas operações. Mais 3 mil quebras de sigilos telefônicos foram aprovadas pela CPI na semana passada, mas as operadoras de telefonia ainda não entregaram os dados. Magno Malta fez um apelo para que essas empresas agilizem a entrega.

Outros 22 mil álbuns do Orkut tiveram o sigilo quebrado, beneficiando o trabalho policial

Bendine e Coutinho debatem medidas contra crise

As medidas adotadas pelo governo na liberação de recursos para o enfrentamento da crise, com destaque para o agronegócio brasileiro, serão detalhadas hoje, a partir das 9h30, na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), pelos presidentes do Banco do Brasil (BB), Aldemir Bendine, e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Luciano Coutinho.

Bendine e Coutinho também deverão abordar a reclassificação de risco dos produtores rurais que renegociaram suas dívidas, bem como o acesso aos recursos do Plano Safra 2009/2010. O autor do requerimento para realização da audiência pública é o presidente da CRA, senador Valter Pereira (PMDB-MS).

Agricultura familiar

Após a audiência pública, o colegiado vai apreciar uma pauta de oito itens, entre eles o parecer de Augusto Botelho (PT-RR) sobre o PLS 589/07, de Marcelo Crivella (PRB-RJ), que isenta



Audiência pública na CRA abordará liberação de recursos para o agronegócio

do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) os veículos adquiridos por agricultores familiares, bem como por suas associações e cooperativas, para o transporte da produção.

Também consta da pauta da CRA requerimento da senadora Kátia Abreu (DEM-TO) que pede realização de audiência pública para discutir o desenvolvi-

mento científico e tecnológico da produção de bioetanol celulósico – proveniente de biomassa formada por restos de culturas agrícolas, galhos e folhas de limpeza de bosques, entre outros. Foram convidados para o debate representantes do Ministério da Ciência e Tecnologia, da Embrapa e do Centro de Tecnologia Canavieira Coopersucar.

Crédito consignado gera novos depoimentos

A Polícia Legislativa do Senado Federal colheu ontem mais três depoimentos relativos ao inquérito policial que investiga denúncias contra o ex-diretor de Recursos Humanos do Senado João Carlos Zoghbi.

Pela manhã, foi ouvida Marli Terezinha Von Borstel, da empresa Contact Assessoria de Crédito. À tarde, os policiais ouviram Eric Filipe Moraes de Medeiros, representante de bancos para créditos consig-

náveis. Já de noite, foi tomado o depoimento de Marcelo Zoghbi, também da empresa Contact. Marcelo é filho do ex-diretor de Recursos Humanos.

Segundo notícias divulgadas pela revista *Época*, a Contact seria uma das três empresas que teriam sido criadas com o envolvimento de João Carlos Zoghbi e teria recebido recursos de bancos que concedem empréstimo consignado para funcionários do Senado.

João Carlos Zoghbi e sua esposa, Denise Zoghbi, por sua vez, prestam hoje novo depoimento à Polícia Legislativa.

Eles serão questionados sobre a denúncia publicada pela revista *Época* de que seriam os verdadeiros proprietários das empresas Contact, BC e BM, supostamente registradas em nomes de "laranjas".

João Carlos Zoghbi deve prestar depoimento às 9h e Denise Zoghbi, às 16h.

João Ribeiro entrega publicações em braile

O 5º Salão do Livro do Tocantins contou com a participação do senador João Ribeiro (PR-TO), que na última sexta-feira entregou publicações em braile do Senado ao Centro de Estudos da Defensoria Pública e ao Centro de Apoio Pedagógico às Pessoas com Deficiência Visual (CAP).

Essas doações resgatam a cidadania das pessoas com

deficiência visual, disse João Ribeiro, para quem o Senado teve participação de destaque no evento.

As duas instituições que receberam as obras em braile foram representadas pela defensora pública geral Estellamaris Postal e pela secretária estadual de Educação, Dorinha Resende.

Participaram ainda da sole-

nidade de entrega dos livros o presidente da Associação dos Defensores Públicos, Murilo da Costa Machado; o portador de deficiência visual e defensor público Nazário Sabino; a diretora do CAP, Márcia Dias Costas; a revisora de publicações em braile do estado, Maria Dinalva; o prefeito de Palmas, Raul Filho, e vários secretários municipais.



João Ribeiro durante solenidade no 5º Salão do Livro do Tocantins, em Palmas



Jonas Pereira

Ideli será empossada no cargo hoje, às 10h

Ideli é líder do governo no Congresso

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) será empossada hoje como a nova líder do governo no Congresso Nacional. A cerimônia ocorrerá, às 10h, no Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB), onde está funcionando a sede do Poder Executivo em razão das reformas no Palácio do Planalto.

Segundo o gabinete da senadora, Ideli foi convidada para ocupar o cargo pelo próprio presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. Uma vez que o presidente está em viagem oficial à China, quem dará posse a Ideli Salvatti será o vice-presidente, José Alencar, e o ministro das Relações Institucionais, José Múcio Monteiro, ainda de acordo com informações do gabinete da senadora.

O cargo de líder do governo ficou vago após Roseana Sarney (PMDB-MA) ter renunciado ao mandato de senadora para assumir o governo do Maranhão.

Ideli foi líder da bancada do PT no Senado em 2004, 2006, 2007 e 2008. Esta é a primeira vez que a senadora exercerá a liderança de governo no Congresso.

Lamentando o baixo índice de participação da juventude nos partidos e na vida pública nacional, senador enaltece a política como a mais importante forma de cidadania

Maciel exorta os jovens a se interessarem pela política

AO REGISTRAR A realização da segunda edição do Fórum Novos Líderes, entre 14 e 17 deste mês em Porto de Galinhas (PE), o senador Marco Maciel (DEM-PE) chamou a atenção para a importância de despertar nos jovens o interesse de participarem de um projeto de desenvolvimento para o país. Ele ressaltou a necessidade de fomentar entre a juventude a cidadania, sobretudo a política.

– A mais importante forma de cidadania é a política. É a primeira, é aquela que diz respeito às formas de organização

de governo, de gerenciamento das cidades, dos países. É lógico que dentro dessa cidadania política, há também uma cidadania partidária, através das ações dos partidos, que é um meio de fazer com que os jovens possam participar da vida pública – afirmou Marco Maciel.

O senador por Pernambuco lamentou que a participação dos jovens brasileiros nos partidos políticos ainda seja pequena, observando que as agremiações partidárias funcionam como canal de articulação entre o governo e

a sociedade. Por esse motivo, é fundamental fazer com que cada vez mais surjam novas vocações para a vida pública.

A reunião do Fórum Novos Líderes, na avaliação de Marco Maciel, mostrou grande interesse de jovens pertencentes às mais diversas áreas de atuação. Não apenas empresários compareceram ao evento, mas também executivos, pensadores, intelectuais e políticos, discutindo os problemas brasileiros e buscando soluções para as graves desigualdades sociais registradas no país.



Gerardo Magalhães

Marco Maciel destaca contribuição do Fórum Novos Líderes, realizado em Pernambuco, para despertar a cidadania na juventude

Mão Santa: PMDB tem nomes para disputar Planalto

Mão Santa (PMDB-PI) afirmou ontem, da tribuna, que seu partido “está repleto” de nomes que poderiam ser candidatos a presidente da República. Segundo disse, os integrantes do PMDB que afirmam que a agremiação não tem candidato são “energúmenos, vendilhões e poltrões”.

O parlamentar sugeriu que a legenda promova primárias similares às que são realizadas nos Estados Unidos, para que surja e se consolide uma candidatura com amplo apoio popular. Mão Santa assinalou que foi dessa forma que Barack Obama venceu a última eleição presidencial norte-americana.

– Vamos à luta – conclamou o



Gerardo Magalhães

Mão Santa sugere que partido promova primárias, semelhantes às dos Estados Unidos

parlamentar.

No entanto, o senador Garibaldi Alves (PMDB-RN), intervindo em aparte, sustentou que o partido, “apesar das fortes lide-

ranças regionais, não possui uma liderança nacional que empolgue; é uma estrutura muito grande que não consegue encontrar um candidato”.



Gerardo Magalhães

Ferrovia precisa atender a maioria dos estados nordestinos, diz Cavalcanti

Cavalcanti pede que Transnordestina chegue à Paraíba

Roberto Cavalcanti (PRB-PB) registrou a realização, no mês passado, em Montes Claros (MG), do 10º Fórum dos Governadores do Nordeste e da 5ª Reunião do Conselho Deliberativo da Sudene. Em sua opinião, um dos pontos altos do encontro foi o debate em torno da construção da Ferrovia Transnordestina.

Segundo Cavalcanti, o governador da Paraíba, José Maranhão (PMDB), foi o responsável por incentivar a reabertura das discussões sobre a ferrovia, em particular sobre possíveis expansões.

– Nosso governador defendeu a viabilidade de um ramal que ligasse a Paraíba à ferrovia. Afinal, como disse, para ser realmente “transnordestina”, a estrada de ferro teria de atender a todos ou, pelo menos, a maior parte dos estados nordestinos.

Cavalcanti explicou que a Transnordestina foi planejada para ligar o Porto de Suape, no Recife, ao Porto do Pecém, na região metropolitana de Fortaleza, cortando todo o estado de Pernambuco e chegando ao município de Eliseu Martins, no Piauí. Ao abrir um corredor de exportações, facilitando o acesso ao sistema hidroviário do São Francisco e ligando dois dos principais portos nordestinos, a obra favoreceria o que o senador chamou de “revolução na fronteira agrícola do Nordeste brasileiro”. E seria mais uma via de escoamento para o agronegócio do Centro-Oeste.

Cavalcanti chamou a atenção para o potencial de transporte de passageiros: estão previstas 36 estações.

– Tenho certeza de que a Transnordestina está bem próxima do coração do presidente Lula e que ele não esquecerá nossa Paraíba nos futuros desdobramentos desse projeto, um dos mais relevantes projetos de integração em desenvolvimento no Brasil.

Fonte: Phuma e Instituto Akatu

Campanha do Jornal do Senado

A água vale ouro

A água doce é um bem cada vez mais escasso. Hoje, 1,1 bilhão de pessoas no mundo não têm acesso a água potável. Medidas simples podem fazer a diferença.



Diminua o tempo do banho



Elimine os vazamentos



Não deixe a torneira pingando



Use a vassoura, e não a mangueira, para limpeza



Instale torneiras com sensores automáticos



Use uma bacia para lavar louça



Escove os dentes com a torneira fechada